

Parte E – Conclusões e Recomendações

Conclusões

Este Estudo procurou aplicar o instrumento de AAE para um programa de desenvolvimento de atividades de exploração e de produção de petróleo e gás natural na Bacia Marítima de Camamu-Almada, no Litoral Sul do Estado da Bahia, Brasil.

Além da avaliação estratégica em torno de cenários de desenvolvimento e de alternativas tecnológicas de valorização dos recursos de petróleo e gás natural, o Estudo contemplou a identificação e análise de alternativas de geração e de transmissão de energia elétrica na região de estudo. Com isso, foi possível avaliar os ganhos associados ao uso desse instrumento de planejamento em fase posterior à tomada de decisão sobre as concessões dos blocos, por parte da ANP, como, também, em torno de possíveis futuras decisões a respeito de geração e de transmissão de energia elétrica na região. Cabe ressaltar que a AAE compreende suporte aos tomadores de decisão, no âmbito de políticas, planos e programas, qualquer que seja a instância de planejamento.

Os estudos e análises realizados permitem constatar os seguintes aspectos-chave em torno das perspectivas de desenvolvimento para a região de estudo:

1. Trata-se de região de complexidade e relevância ambiental e que a conservação dos ativos ambientais passa pelo fortalecimento da gestão descentralizada compartilhada e pelo incremento no controle social;
2. A região detém precário desenvolvimento econômico e social;
3. A vocação da região para a implementação do desenvolvimento econômico e social é o turismo sustentável;
4. É possível conciliar a vocação para o turismo sustentável com a exploração e produção de petróleo e gás natural, desde que sejam adotadas as melhores alternativas tecnológicas ambientalmente aceitáveis;
5. A implantação da indústria de petróleo e gás natural na região não está prioritariamente ligada à geração de energia elétrica;
6. A atividade de petróleo e gás natural uma vez instalada na região proverá os municípios e o Estado da Bahia de recursos financeiros adicionais por intermédio do pagamento de *royalties* e de prováveis compensações ambientais; e
7. A aplicabilidade da AAE para a visualização de diferentes cenários de desenvolvimento associados a alternativas tecnológicas e sinalização de recomendações para agentes sociais e econômicos visando uma melhor integração da dimensão ambiental à tomada de decisão de processos de desenvolvimento local e regional.

A **dimensão ambiental é variável estratégica** para o planejamento setorial e regional do processo de desenvolvimento no Litoral Sul da Bahia. A região de influência direta dos blocos marítimos é marcada por paisagens únicas, com presença de importantes ecossistemas brasileiros, como remanescentes de Mata

Atlântica e extensas áreas preservadas de manguezais e de corais. Engloba importantes sítios de biodiversidade, registrando áreas de extremo interesse e relevância biológica, além de endemismos e de áreas prioritárias para a conservação. Em termos de fauna, há presença de grupos de invertebrados e de vertebrados, principalmente quanto à avifauna, ictiofauna e mamíferos. Tais características determinam à região de estudo aspectos próprios de biodiversidade e indicam a necessidade de implementação de estratégias de conservação desses ecossistemas e de estruturas institucionais apropriadas para lidar com a preservação e conservação desses ativos ambientais.

Deve-se observar, ainda, que a área de influência direta do Estudo é caracterizada pela presença de unidades de conservação, o que, de alguma forma, define a importância que é conferida à conservação desses recursos pela sociedade e poder público. No entanto, a presença quase que exclusiva de APAs indica que a proteção ambiental desses ecossistemas deverá requerer estratégia de gestão ambiental eficiente, eficaz e específica, principalmente, em termos de conciliação das dinâmicas de ocupação do território e de usos diferenciados previstos dos recursos ambientais e das estratégias de preservação de ecossistemas e conservação da biodiversidade.

Tal aspecto determina à objetividade, eficiência e eficácia do processo de gestão ambiental a necessidade de uso efetivo de instrumentos legais e de gestão por parte do poder público e da sociedade, a transparência na tomada de decisão e o incremento no controle social, além, da priorização de investimentos e de definição de planejamento ambiental que possa ser balizador do planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável local e regional.

No entanto, embora iniciativas em torno da preservação de ecossistemas e da conservação da biodiversidade estejam presentes, o processo de gestão ambiental ainda não está consolidado. Os conflitos ambientais estão presentes, bem como, processos de degradação do meio ambiente, associados, principalmente, ao uso não sustentável de recursos ambientais e à ocupação desordenada do território. Esses conflitos decorrem, em parte, da presença incipiente do Poder Público na região, da fragilidade institucional do sistema ambiental local e da ainda tímida ação de gestão compartilhada com a sociedade. É essencial que se mobilize atores e que se aloque recursos humanos, tecnológicos e financeiros para o fortalecimento da descentralização da gestão ambiental.

A sensibilidade ambiental da região justifica, em si, a priorização de investimentos por parte do poder público e a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos pelos segmentos privado e não governamental. Há capacidade técnica e acadêmica na região que pode ser mobilizada em torno da adoção de práticas que garantam a sustentabilidade ambiental. É o caso, por exemplo, de iniciativas promovidas pelas organizações não governamentais locais, como os projetos Floresta Viva e PROVA, e de projetos desenvolvidos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Estratégias de conservação, como a efetiva implantação de Unidades de Conservação e da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a implementação de corredores ecológicos, representam caminhos sólidos para a preservação dos ativos ambientais, a conciliação com o uso sustentável desses ativos e a mobilização de agentes sociais relevantes em torno da gestão ambiental compartilhada.

No que diz respeito ao **processo de desenvolvimento regional**, este tem sido caracterizado, principalmente, em atividades agropecuárias e extrativistas, com destaque para a pesca artesanal. O fomento

à retomada de crescimento econômico tendo como base as indústrias de turismo e do petróleo, além da revitalização da agricultura tradicional, pode levar a novos padrões de pressão no meio ambiente local e regional ou incrementar os existentes. Movimentos migratórios e de êxodo rural podem representar pressões adicionais por espaços nas cidades, além de demandar infra-estrutura habitacional, de transportes e de saneamento e serviços sociais básicos (saúde e educação).

A partir da década de 80, a crise da lavoura cacauieira definiu uma ruptura nos padrões de desenvolvimento econômico e social da região de estudo. O incremento da indústria do turismo, associado à desarticulação do setor rural provocada pela crise do cacau, influenciou processo de migração rural-urbana observada, principalmente, nos municípios da Costa do Cacau.

No entanto, embora o crescimento regional do turismo possa ser observado nos últimos anos, os indicadores sócio-econômicos não retratam situação de incremento do desenvolvimento econômico e social regional. Por exemplo, em termos econômicos, a renda média da população residente é bem inferior à média nacional, exceto nos municípios de Ilhéus e Valença. E, em termos de infra-estrutura, esta ainda é tida como precária, principalmente, quando se verifica tratar-se de região com taxa de urbanização da ordem de 65% e que tenha sido alvo de investimentos governamentais, prioritariamente em função do segmento de turismo.

A precariedade de infra-estrutura é expressa, em especial, pela existência de poucas estradas em condições satisfatórias de tráfego e por um sistema de saneamento ambiental que abrange cerca de 50% da população. Em termos urbanos, é possível observar que essa precariedade ganha contornos mais relevantes quando se verifica que, exceto pelos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Maraú, os demais municípios da região de estudo não dispõem de Planos Diretores. Isto tem contribuído para a existência de processos de degradação ambiental na região.

No desenvolvimento social, o quadro, também, é de precariedade. Os indicadores de saúde e de educação mostram que muitos municípios da região de estudo não dispõem da infra-estrutura de serviços de saúde e de educação necessária para o atendimento à população. Os dados indicam carência de escolas de nível médio e índices significativos de analfabetismo; ou ainda, o acesso à rede de abastecimento de água é garantido para pouco mais da metade da população da região de estudo.

Em termos econômicos, para a consecução da sustentabilidade da região, é essencial que a pesca, como principal atividade econômica, e o extrativismo sejam objeto de estratégias de modernização e de programas de investimentos de forma a garantir o incremento de renda, a melhoria de qualidade de vida da população e o uso adequado dos estoques pesqueiros. A eventual consolidação da indústria do petróleo e gás natural deverá observar procedimentos que evitem, por exemplo, a exclusão de áreas de pesca ou, a inviabilização econômica da pesca artesanal.

A região de estudo tem no **turismo sustentável** a sua vocação para o desenvolvimento. O processo de negociação em torno da segunda fase do PRODETUR²¹ por parte do Poder Público e a previsão de investimentos privados no setor são indicativos da consolidação dessa vocação. A análise do cenário de referência permite confirmar o caráter estratégico do segmento do turismo para a consecução dos objetivos do

²⁴ O Prodetur II já foi assinado num valor de US\$ 240 milhões, embora ainda esteja não elegível, o que não permite o seu desembolso.

desenvolvimento sustentável para a região.

No entanto, a adoção dessa vocação não tem livrado a região de estudo de degradação ambiental, uma vez que o turismo tem potencial de dano, que conflita com outra vocação local, a conservação ambiental. Morro de São Paulo e Guaibim são referenciais do potencial de degradação ambiental provocada pelas atividades de turismo na região de estudo. Situações de menor gravidade podem ser vistas na Península de Marau e em Itacaré, indicando que medidas de ordenamento e de controle ambiental são necessárias.

Esse quadro de degradação ambiental associado ao desenvolvimento do turismo evidencia que as melhores práticas em termos ambientais não foram observadas em algumas áreas importantes para a consolidação dessa vocação. Essas situações permitem que se sinalize pela adoção da atividade do turismo com melhoria e conservação das condições ambientais e a minimização dos conflitos entre os dois segmentos.

Para tal, é essencial que o incremento de atividades de turismo busque o aprimoramento da institucionalidade municipal e regional visando à correta adoção de estratégias de conservação e gestão ambiental. Há nessa região demanda por integração entre as políticas de meio ambiente e de turismo, além da necessidade de articulação entre os planos setoriais de turismo para a região.

Os recursos financeiros que poderão advir das atividades de exploração e de produção de petróleo e gás natural poderão contribuir diretamente para implementar as condições de consolidação e de sustentabilidade do turismo na região, definindo quadro de ação concertada entre as políticas de meio ambiente e de turismo. É importante que se observe que ainda que possa haver significativo desenvolvimento da região pela implementação da indústria de petróleo e gás natural, essa não poderá substituir a sua vocação turística. A influência do petróleo e gás natural para o desenvolvimento das Costas do Dendê e do Cacau é direta e poderá vir a ser conciliada com a vocação estratégica e genuína dessas regiões, que é o turismo.

A avaliação da possibilidade de **exploração e produção de petróleo e gás natural na Bacia de Camamu-Almada e de alternativas de geração e de transmissão de energia elétrica**, no contexto do estudo de AAE, determina a necessidade de se identificar questões estratégicas relacionadas com a localização, opções tecnológicas de produção e alternativas de traçados para o transporte dos energéticos.

A presença ou não da indústria de petróleo e gás natural na região de estudo é função das possíveis descobertas de energéticos nos blocos exploratórios marítimos licitados e da sua viabilidade econômica, tecnológica e ambiental. No que diz respeito aos blocos exploratórios marítimos, é importante ressaltar que dos cinco blocos licitados, tem-se, até o momento, somente um [BCAM 40] com o objetivo estratégico definido; isto é, concluídas as atividades exploratórias, tem-se a definição do tipo de produção que o bloco será objeto. No caso do BCAM 40, tem-se que o objetivo estratégico é a produção de gás natural, Projeto Manati, sendo o projeto de exploração do bloco objeto de licenciamento ambiental junto ao IBAMA e ao CRA/BA (gasoduto). Já o BMCAL 04 e o BAS 97 estão licenciados para a fase de perfuração, com pedido de renovação de licença para o BAS 97. Os blocos BMCAL 5 e 6 estão em fase de elaboração de estudo ambiental com vistas ao processo licenciamento ambiental.

A proposição de 18 cenários de desenvolvimento e a avaliação de 166 alternativas tecnológicas de valorização dos recursos de petróleo e gás natural na Bacia de Camamu-Almada oferecem subsídios para uma análise estratégica das possibilidades de implantação da indústria de petróleo e gás natural na região. Mais do que isso, sinalizam as alternativas de desenvolvimento da atividade econômica, do ponto de vista ambiental, que melhor seriam concertadas com as características da região e com as diferentes tecnologias de produção. As alternativas mais aceitáveis ambientalmente devem ser entendidas no contexto de uma abordagem estratégica da região de estudo, segundo a perspectiva de um programa de desenvolvimento da exploração e produção de petróleo e gás natural envolvendo os cinco blocos marítimos exploratórios. Os aspectos econômicos que, também, influenciam a tomada de decisão em termos dos cenários e das alternativas tecnológicas propostas não foram considerados por este Estudo.

Observa-se que a avaliação de impacto ambiental que orienta as 166 alternativas tecnológicas de valorização dos recursos de petróleo e gás natural teve como base impactos estratégicos, isto é, aqueles que têm caráter cumulativo e sinérgico, associados à abrangência espacial e temporalidade. Tal fato garantiu que essas características estivessem presentes nos cenários e nas alternativas tecnológicas de valorização analisadas em nível estratégico, macro, de aspectos considerados relevantes na dinâmica da atividade de petróleo e gás natural e seus efeitos no meio ambiente. Cabe destacar, ainda, que além da cadeia de exploração, produção e transporte de petróleo e gás natural, o Estudo, também, procedeu à avaliação de impacto ambiental de possíveis alternativas de geração e transmissão de energia elétrica, considerando-se o cenário de aproveitamento local de parte do gás natural explorado.

As análises de cenários e de alternativas tecnológicas de valorização apresentadas consideram, no mesmo patamar de abordagem e de importância, aspectos relacionados ao risco ambiental. Trata-se de uma visão mais estratégica para a gestão do meio ambiente, por considerar a cadeia de gerenciamento do risco e a sua importância na tomada de decisão em função, principalmente, da sensibilidade ambiental que a região experimenta. Dentre as possíveis alternativas tecnológicas avaliadas é possível, resumidamente, apresentar aquelas associadas aos cenários de descobertas definidas como dominantes:

Atividades	Conclusões – Alternativas Tecnológicas mais amigáveis ambientalmente
Produção gás natural	O sistema <i>caisson</i> é o que confere menor impacto e risco ambiental simultaneamente, no caso de baixo e médio volume de descobertas. Para grandes volumes em águas rasas há um <i>trade-off</i> entre as alternativas de plataformas fixas simples ou com árvores submersas (menos impacto) e os sistemas <i>caisson</i> (menor risco).
Produção petróleo e gás natural	As alternativas tecnológicas mais amigáveis ambientalmente sempre envolvem produção por plataforma fixa (simples, com satélites ou árvores submersas) ou semi-submersível.
Transporte gás natural	A alternativa de transporte por gasoduto seguindo para Salvador é sempre ambientalmente mais amigável.
Transporte petróleo e gás natural	Para volumes de descobertas de petróleo baixos e médios, a alternativa de transporte ambientalmente mais amigável é por navio aliviador, assim como, para as grandes volumes de descobertas em águas rasas, a alternativa ambientalmente mais amigável é o transporte por oleoduto para a RLAM ou Ilhéus, e em águas profundas há um <i>trade-off</i> entre oleoduto seguindo para a RLAM ou Ilhéus (menor impacto) e navio aliviador (menor risco).

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, 2003

Em **termos energéticos**, é válido ressaltar que quanto à geração de energia elétrica, em princípio, não há uma clara necessidade de construção de novas usinas geradoras, além daquelas já contempladas nos planejamentos governamentais. O consumo de energia elétrica é liderado pelo município de Ilhéus, representando cerca de 79% do total consumido pelos 11 municípios de região de estudo. Embora o cotejamento entre potencial de oferta e de demanda de energia elétrica na Bahia indique um “saldo” de energia elétrica, para o período de 2002-2010, não se deve deixar de observar que o estado Bahia é parte do Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica, podendo exercer, no futuro, papel de “exportador” de energia elétrica. O potencial de oferta de gás natural que a região guarda pode ser visto, principalmente, sob perspectiva regional e nacional, segundo uma estratégia de diversificação na composição de fontes de oferta de energia e de abastecimento de outras regiões do Estado ou do Nordeste e mesmo na melhoria da qualidade do suprimento de energia elétrica.

As medidas de mitigação e de compensação ambiental são determinadas em função do processo de licenciamento ambiental, que pode ser objeto de acompanhamento sistemático por parte da sociedade e de *agentes sociais relevantes*. A clara compreensão do licenciamento, de suas fases e competências para cada etapa da cadeia de exploração e produção de petróleo e gás natural é ponto estratégico para a correta definição de medidas mitigadoras de impactos ambientais e de compensações relacionadas aos danos ambientais.

Por ser considerada atividade de significativo potencial de impacto ambiental, a exploração e produção de petróleo e gás natural na Bacia de Camamu-Almada deverá ser objeto de pagamento de compensações ambientais, conforme determina a legislação de meio ambiente brasileira. Nesse contexto, é importante que sejam definidos, pelas partes envolvidas e representantes da sociedade, critérios que possibilitem iniciativas em torno dos objetivos de conservação e de sustentabilidade sócio-ambiental da região de estudo e da melhoria da qualidade de vida da sua população.

Para as **compensações financeiras**, a simulação de possíveis receitas associadas ao pagamento de *royalties* permite verificar o seu potencial impacto à economia dos municípios da região de estudo, principalmente aqueles de menor porte. É importante que se observe, no entanto, que devido à incerteza que guarda os cenários de desenvolvimento e as alternativas de produção, os resultados da simulação devem ser vistos apenas como indicativos. Por outro lado, a perspectiva de recebimento de receita adicional por parte dos municípios chama a atenção para a necessidade de melhor entendimento dos critérios definidos em lei de pagamento desses recursos e de alocação dos mesmos por parte dos seus beneficiários.

Em termos da **adoção do instrumento de Avaliação Ambiental Estratégica** para a identificação de diferentes cenários de desenvolvimento e alternativas tecnológicas de valoração das atividades de petróleo e gás natural na Bacia de Camamu-Almada, definindo conclusões e recomendações específicas para os diferentes agentes sociais, o Estudo evidencia a sua oportunidade. Mesmo que tenha sido desenvolvido em fase posterior ao planejamento estratégico das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e da tomada de decisão governamental em torno da concessão dos cinco blocos exploratórios marítimos o Estudo apresenta, em diferentes cenários, os possíveis efeitos sinérgicos e cumulativos da atuação de vários concessionários na região de estudo. Tais aspectos poderão ser insumos estratégicos ao processo de licenciamento ambiental dos projetos a serem estabelecidos na região de estudo.

Recomendações

Este Estudo de AAE para cinco blocos marítimos na Bacia de Camamu-Almada permitiu que se identificasse uma série de alternativas tecnológicas de valorização dos recursos de petróleo e gás natural que podem ser viabilizadas indicando que poderá ser possível conciliar as indústrias de petróleo e gás natural e de turismo, **desde que venham a ser adotadas as melhores alternativas tecnológicas ambientalmente aceitáveis.**

A sensibilidade ambiental da região de estudo requer que sejam observadas **iniciativas de controle ambiental que as melhores práticas e tecnologias aplicáveis disponibilizam** para a **exploração e produção de petróleo.** Por essa razão, recomenda-se, por exemplo, devido ao menor potencial de impacto e de risco ambiental, que sejam observadas as alternativas de transportes de energéticos que contemplam o navio aliviador ao invés de uso de caminhões, tendo a RLAM como o destino final.

O mesmo pode ser assinalado em termos de estruturas tecnológicas de produção de gás natural que têm no sistema *caisson* aquele que confere menor, simultaneamente, impacto e risco ambiental, para o caso de baixo e médio volume de descobertas. No caso de grandes descobertas de gás natural, deve-se observar o *trade-off* entre o risco e impacto, evidenciado pelas alternativas de produção plataformas fixas simples ou com árvores submersas (menor impacto) e os sistemas *caisson* (menor risco). Por outro lado, são menos recomendáveis, no cenário de produção de gás natural, as alternativas de transporte por gasoduto para Camamu.

Há outros casos de opções tecnológicas que sob a ótica ambiental não definem alternativas dominantes e sim um *trade off* entre impacto e risco ambiental. A alternativa de produção por plataforma fixa com satélite e transporte por gasoduto para Salvador e navio aliviador tem menor risco ambiental, mas não menor impacto. Já a alternativa de produção por FPSO e transporte, também, por gasoduto até Salvador e navio aliviador tem o menor impacto ambiental, mas não o menor risco em se tratando, por exemplo, do cenário de descoberta de baixo volume de petróleo e gás natural em águas rasas.

Tais situações sinalizam a **complexidade do ponto de vista ambiental do processo de tomada de decisão em torno da exploração e produção de petróleo e gás natural na Bacia de Camamu-Almada**, que guarda, além dos critérios ambientais, outros critérios que, também, são determinantes à decisão. Nesse contexto, recomenda-se a necessidade de fazer uso de medidas tecnológicas e de boas práticas que vão além das medidas e práticas de controle ambiental usualmente adotadas em áreas que não guardam a sensibilidade ambiental da região de estudo.

Na questão do risco ambiental e atendimento a acidentes, sugere-se que a região disponha do seu próprio **Centro de Atendimento a Emergências Ambientais**, com treinamento da população e plano de área consolidado. Dependendo do cenário de desenvolvimento, é desejável que se tenha um **ganho de eficiência no tempo de resposta** que a legislação define, em função da sensibilidade ambiental da região.

Aponta-se, também, como relevante à conservação de ecossistemas e de ativos ambientais, que as **atividades de turismo, também, sejam objeto de ações de controle ambiental mais eficazes** em torno dos

investimentos previstos para a região, especialmente aquelas que estejam sendo alvo do PRODETUR II ou que decorram da sua implantação. É recomendável que se proceda à **avaliação dos planos integrados de desenvolvimento do turismo sustentável vis-à-vis a capacidade de suporte dos ecossistemas** e requisitos para o desenvolvimento social das populações locais.

Em termos de compensação ambiental, recomenda-se a definição de **critérios de aplicação e de um comitê de compensação** com a participação de agentes governamentais e da sociedade que identifique as iniciativas mais estratégicas à sustentabilidade sócio-ambiental da região. É interessante avaliar a oportunidade de definição de recursos financeiros e tecnológicos à consecução de objetivos de conservação da biodiversidade local e regional desenvolvendo ou implementando e consolidando, por exemplo, a estratégia de corredores ecológicos na Mata Atlântica.

Para um melhor aproveitamento das receitas de *royalties*, indica-se que a criação de um **fundo financeiro** como um mecanismo para o financiamento dos municípios da região de estudo que poderia ser uma estratégia eficaz para o melhor aproveitamento e compartilhamento dos recursos, propiciando ganhos econômicos, sociais e ambientais.

Sugere-se que sejam viabilizados caminhos para uma **estratégia de articulação e integração de processos sob a responsabilidade das agências federal e estadual de meio ambiente**. Especial atenção deve ser dada ao licenciamento ambiental, que em atividades *offshore* são de competência da União e *onshore* cabem ao estado, na sua maioria. A **eficiência institucional da gestão ambiental pode ser definida como objetivo estratégico na região**. Trata-se de passo importante para a minimização de conflitos e para a transparência do processo de tomada de decisão. É, também, relevante que se implemente a adoção de **iniciativas de co-gestão de ativos ambientais e de desenvolvimento de projetos** que conduzam ao incremento da capacidade técnica e institucional do segmento não governamental local e regional. Orientação no mesmo sentido pode ser apontada à **mobilização e à formação de parcerias com o setor acadêmico** local e regional em torno de projetos que permitam a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável da região.

Indica-se, ainda, que seja elaborado e implantado na região **programa específico de monitoração ambiental**, com base em um **conjunto específico de indicadores** definidos para aspectos estratégicos da região, como a conservação de remanescentes de Mata Atlântica, integridade ecossistêmica e da biodiversidade, qualidade ambiental urbana, qualidade da água e conservação de corais e de peixes. Esses indicadores poderiam ser usados para incrementar a comunicação, a disponibilização da informação ambiental e facilitar a sua apropriação por parte da sociedade.

Por fim, recomenda-se que seja avaliada a oportunidade da **aplicação do instrumento de AAE pela esfera pública**, sobretudo na fase de planejamento estratégico anterior à concessão dos blocos exploratórios, com o objetivo de identificar áreas sensíveis ou frágeis ambientalmente e que seriam definidas como áreas de exclusão ou de “exclusão temporária”²⁵, isto é, não objeto de concessões pela Agência Nacional de Petróleo. O sentido, também, é de fazer uso desse instrumento para implementar o **processo de inclusão da variável ambiental na tomada de decisão** que define a exploração e produção de petróleo no Brasil.

²⁵ Entende-se por “exclusão temporária” critério que seria aplicável às áreas de pouco conhecimento da sensibilidade ambiental, que não possuem objeto de restrição legal. Essas áreas, em função do incremento do conhecimento e da disponibilidade da informação, poderiam, então, estar sujeitas a novas avaliações estratégicas.